



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

1

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

DECRETO Nº 6.584, DE 2 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a permissão de uso de bem público municipal, a título precário e gratuito, por prazo determinado, à Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, para os fins que especificam.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 7º e § 3º do artigo 22 da Lei Orgânica Municipal, alterada integralmente pela Emenda nº 002/2017, de 21 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO Decreto Municipal nº 4.860, de 9 de novembro de 2016, que “Regulamenta as parcerias entre o Município de Céu Azul e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos da Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014 e Lei Federal nº13.204, de 14 de dezembro de 2015”,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgado a dar permissão de uso de bem público, a título precário e gratuito, à Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul – ACAZUL, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 73.684.763/0001-72, do seguinte bem imóvel:

I - IMÓVEL objeto da Matrícula nº15.083 do Registro de Imóveis da comarca de Matelândia/PR, Lote Rural nº 121-A-1-C, subdivisão do Lote Rural nº 121-A-1-Rem., oriundo do desmembramento do Lote Rural nº121-A, da Gleba nº 01, do Imóvel Guairacá, Município de Céu Azul, com área total de 5.431.20m², sem benfeitorias, e situado na Rua Paulo Wichoski, nº 1500, Bairro Industrial, neste Município.

Parágrafo único. O imóvel objeto de permissão de uso possui uma construção não averbada de uma quadra de esportes coberta e fechada, com metragem de 31X21,75 totalizando 674,25m² de área construída.

Art. 2º O Imóvel está sendo entregue, neste ato, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e será destinado, exclusivamente, para utilização das atividades assistenciais da Entidade, em razão da celebração do Termo de Colaboração nº 01/2022.

Art. 3º A permissão de uso que trata o presente artigo é instrumento acessório do Termo de Colaboração nº 01/2022 e por tal motivo é concedida à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo prazo de 3 (três) anos, permanecendo o domínio indireto do bem com o Município de Céu Azul.

Art. 4º O Termo de Permissão de Uso a ser celebrado entre o Município de Céu Azul e a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul – ACAZUL estabelecerá as regras de uso do bem a ser permissionado, cuja minuta consta no Anexo Único e faz parte integrante deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Céu Azul, em 2 de maio de 2022.

Laurindo Sperotto
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

2

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

Anexo Único

MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL AFEETO ÀS ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SITUADO NA RUA PAULO VICHOSKI Nº1500 NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL/PR.

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Nilo Umberto Deitos, nº 1426, Bairro Centro, Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº76.206.473/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Laurindo Sperotto, nacionalidade brasileira, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.478.637-6/SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob nº 241.960.109-20, residente e domiciliado à Rua Curitiba, nº 1730, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominado simplesmente como **MUNICÍPIO** e **PERMITENTE**, **ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE CÉU AZUL – ACAZUL**, entidade sem fins lucrativos, com sede à Rua Paulo Wichoski, nº 1500, Bairro Industrial, inscrita no CNPJ sob nº 73.684.763/0001-72, neste ato representado pelo seu Presidente Neura de Jesus Machado da Silva, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 6.498.892-1/SSP/PR e CPF sob nº 025.712.889-11, residente e domiciliado à Rua dos Pardais, nº 09, Bairro Parque Verde, nesta cidade de Céu Azul/PR, a seguir denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e **PERMISSIONÁRIO**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no Termo de Colaboração 01/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO IMÓVEL

O presente Termo de Permissão de Uso tem por objeto o Imóvel objeto da Matrícula nº15.083 do Registro de Imóveis da comarca de Matelândia/PR, Lote Rural nº 121-A-1-C, subdivisão do Lote Rural nº 121-A-1-Rem., oriundo do desmembramento do Lote Rural nº121-A, da Gleba nº 01, do Imóvel Guairacá, Município de Céu Azul, com área total de 5.431.20m², sem benfeitorias, e situado na Rua Paulo Wichoski, nº 1500, Bairro Industrial, no Município de Céu Azul/PR.

PARÁGRAFO ÚNICO. O imóvel objeto de permissão de uso possui uma construção não averbada de uma quadra de esportes coberta e fechada, com metragem de 31X21,75 totalizando 674,25m² de área construída.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA E FINALIDADE

O Imóvel está sendo entregue, neste ato, à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e será destinado, exclusivamente, para utilização das atividades afins da entidade, em razão da celebração do Termo de Colaboração nº 01/2022, para execução de atividade para realizar atendimento para crianças e adolescentes prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, em período integral na forma de contra turno escolar, visando expandir conhecimento e habilidades, despertar autonomia e fortalecer vínculos com a escola, família e comunidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DESTINAÇÃO

Ao Imóvel não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no caput da cláusula segunda, salvo prévia autorização do **MUNICÍPIO** sobre a possibilidade do seu uso para nova destinação, a ser formalizada por termo aditivo, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

A presente Permissão de Uso é instrumento acessório do Termo de Colaboração nº 01/2022 e por tal motivo é concedida à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** pelo prazo de 3 (três) anos.

CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRAPRESTAÇÃO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

3

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

Como contraprestação pela Permissão de Uso do IMÓVEL, obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a cumprir fielmente os termos do Termo de Colaboração nº 01/2022, a ser fiscalizado e avaliado consoante suas disposições.

CLÁUSULA SEXTA: DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a bem conservar o IMÓVEL cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá enviar à Secretaria de Assistência Social a prestação de contas anual, relativa à conservação do IMÓVEL, devendo informar toda e qualquer alteração.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, havendo necessidade de certificação de Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, deverá regularizar e manter regularizada os documentos exigidos para o imóvel objeto deste Termo, comprovando ao Município a regularidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É de inteira responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL todas as obrigações sociais e trabalhistas que envolvam seus funcionários quando do uso do bem público, se responsabilizando por quaisquer danos que causarem para si ou para terceiros com o uso do imóvel, respondendo civil e criminalmente, bem como as despesas com o uso e manutenção do imóvel, objeto deste termo, tais como: luz, água, telefone, e indenizações a qualquer título decorrentes do uso do imóvel, devendo o PERMISSONÁRIO comunicar o PERMITENTE de qualquer fato que venha a ocorrer.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS

É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Secretaria de Planejamento e Divisão de Patrimônio, devendo a montagem de equipamentos ou a realização de construções subordinarem-se, também, às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades municipais competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sob pena de rescisão do presente Termo, quando da execução de obras de reforma e adaptação dos imóveis às suas necessidades, a promover todas as adequações capazes de assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida nos imóveis, para utilização com segurança e autonomia, de todos os seus sistemas e meios de comunicação, mediante, inclusive, a eliminação ou supressão de barreiras arquitetônicas eventualmente existentes, observando-se o disposto nas normas técnicas da ABNT.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Todos os encargos e despesas decorrentes do atendimento ao disposto no parágrafo primeiro, desta cláusula, correrão por conta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando aderidas aos imóveis todas as alterações nele realizadas para tal finalidade, sem que assista a este qualquer direito a indenização, restituição ou retenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O Município de Céu Azul poderá realizar construções e benfeitorias no imóvel objeto deste termo, desde que previamente informado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com a antecedência mínima de 20 dias, para organização de suas atividades no local. Caso ocorra alteração na metragem total do imóvel, será realizado aditivo do presente Termo para regularizar o objeto de permissão de uso.

PARÁGRAFO QUARTO. Finda a Permissão de Uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do MUNICÍPIO, sem direito à indenização ou à retenção em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no IMÓVEL, assegurado ao MUNICÍPIO, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhe venham a ser causados.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a assegurar o acesso ao IMÓVEL objeto da Permissão aos servidores do Município de Céu azul ou de outros órgãos públicos, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, de verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.

PARÁGRAFO ÚNICO. A execução do presente Termo será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do MUNICÍPIO especialmente designado(s).



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

4

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERANTE TERCEIROS

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do IMÓVEL objeto deste Termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA: OUTROS ENCARGOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fica obrigada a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste Termo ou da utilização do IMÓVEL, bem como da atividade para a qual a presente Permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, água, luz cabendo à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL providenciar, especialmente, os alvarás e legalmente exigíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. O seguro predial relativa à área construída “quadra de esportes” fica a encargo da PERMITENTE, não restando obrigações conta ao mobiliário interno do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL reconhece o caráter precário da presente Permissão e obriga-se, por si e seus sucessores:

- a) a desocupar o IMÓVEL e restituí-lo ao MUNICÍPIO, nas condições previstas neste Termo, ao término do prazo da Permissão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial em qualquer caso, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar o IMÓVEL para destinação diversa da prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o IMÓVEL objeto desta cessão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo expressa e prévia decisão autorizativa da Secretaria de Educação e celebração de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

Finda, a qualquer tempo, a presente Permissão de Uso, deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL restituir o IMÓVEL em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. Qualquer dano porventura causado ao IMÓVEL será indenizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, podendo o MUNICÍPIO exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender que melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REMOÇÃO DE BENS

Finda a presente Permissão de Uso ou verificado o abandono do IMÓVEL pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do IMÓVEL, sejam da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O bem mencionado no caput desta cláusula poderá ser removido pelo MUNICÍPIO para o local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Decorridos 2 (dois) anos do seu recolhimento, os bens particulares removidos do IMÓVEL serão vendidos em hasta pública, devendo as importâncias respectivas ser levadas a crédito de conta de depósitos, até a habilitação do legítimo proprietário, quando, então, se fará restituição, na forma regulamentar, se não houver ocorrido a prescrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

5

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

Sem prejuízo da rescisão deste Termo e da rescisão do Termo de Colaboração, no caso do descumprimento de qualquer obrigação legal ou ora assumida, ou ainda na hipótese de eventual infração a quaisquer dos deveres previstos, ficará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sujeita a arcar com multa correspondente à 10% do valor do imóvel, a ser paga em moeda corrente, incidentes sobre o seu valor, atualizado financeiramente pelo IGP-M, desde seu inadimplemento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Finda a Permissão de Uso por qualquer das formas aqui previstas, se ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não restituir o IMÓVEL na data do seu termo, pagará, a título de multa uma importância diária equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imóvel, sem prejuízo de quaisquer outras sanções.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A multa prevista no parágrafo primeiro incidirá até o dia em que o IMÓVEL for efetivamente restituído ou quando retornar às condições originais, seja por providências da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, seja pela adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

Sem prejuízo da natureza precária desta Permissão, o descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer de suas obrigações dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente Permissão, mediante aviso com antecedência (mínima) de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Será considerado descumprimento das condições avençadas, para fins de rescisão, o mau uso do IMÓVEL, a alteração de sua destinação, a não realização imotivada do inventário no prazo estipulado, a falta de remessa do dito documento, a não execução de obras de reforma para assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida, assim como a não comprovação da realização da remuneração ou do cumprimento do encargo, cabendo, neste caso, a ocupação do IMÓVEL pelo MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Rescindida a Permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse do IMÓVEL e de todos os bens afetados à Permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RITO PROCESSUAL

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da Lei nº6.830/80.

PARÁGRAFO ÚNICO. Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, por si e seus sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

Céu Azul/PR, em 2 de maio de 2022.

Município de Céu Azul
PERMITENTE

Associação das Crianças e Adolescentes de
Céu Azul – ACAZUL
PERMISSIONÁRIO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

6

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO Nº 43/2022 – M. C. A. Forma Eletrônica

Comunicamos a todos os proponentes interessados na execução dos serviços objeto do **Pregão nº. 43/2022- M.C.A.** – forma eletrônica, que tem por objeto a **Contratação de empresa pessoa jurídica para execução de serviços de limpeza, zeladoria, asseio e conservação de prédios públicos, com fornecimento de materiais de limpeza, conforme especificações constantes no Projeto Básico, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos**, que retifica o edital no que segue:

1 – Após manifestação que alguns itens de custos dos materiais de limpeza, constante na planilha materiais, estariam abaixo do preço de mercado. Procedeu-se a reavaliação dos valores, culminando com a alteração do valor unitário dos seguintes produtos de limpeza:

Item	Produto/Material	R\$ anterior	R\$ Atualizado
7	Sabão em pedra - 200 gr – unidade	1,88	3,26
8	Saco alvejado algodão – unidades	4,99	5,72
14	Saco para lixo 100 litros (de 8 micras) – unidades	0,43	0,44
18	Álcool 92% - litros	4,99	7,00
22	Saco alvejado algodão 60x80 cm - unida	6,24	10,78

3	Rodo de madeira médio – 40 cm -unida	7,19	11,50
9	Rodo de espuma - unidade	1,88	13,00

Segue em anexo a planilha de composição dos materiais e seus custos retificados;

Esclarecemos que os valores unitários previstos na planilha são apenas valores de referência. Devendo cada licitante compor os seus custos, não é recomendado que os custos sejam apenas baseados nos valores indicados pela Administração. Assim não haverá objeção se em algum item de materiais os valores da licitante ficarem superior ao orçado pela Administração.

2 – Considerando a revisão dos custos dos materiais houve impacto no custo total dos serviços passando o valor máximo dos serviços, conforme segue:

Item	Locais dos Serviços	Qtde Efetivo	valor mensal	12 meses
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CEMEI SANTA CLARA	4	15.769,12	189.229,44
2	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CEMEI RAIO DE SOL	3	11.908,23	142.898,76
3	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL OLAVO BILAC	3	11.635,41	139.624,92
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO	3	11.988,96	143.867,52
5	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO	1	3.966,37	47.596,44



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

7

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

6	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO CORREIA	5	19.208,20	230.498,40
7	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES	2	8.373,08	100.476,96
8	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ CLARA ALETA SCHULTZ e Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAMU	1	3.975,21	47.702,52
9	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE	2	9.821,26	117.855,12
10	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA BOA VISTA	1	4.664,35	55.972,20
11	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA NOVA UNIÃO	1 (20 horas)	2.822,45	33.869,40
12	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO POSTO CENTRAL - E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA	2 (40 horas) 1 (20 horas)	12.019,81	144.237,72
13	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA UBS do BAIRRO UNIÃO	1	4.644,29	55.731,48
14	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA SEC. DA SAÚDE	1	4.666,66	55.999,92
15	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	2	8.526,86	102.322,32
16	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CRAS e Conselho Tutelar	1	4.370,95	52.451,40
17	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA e Auditório Ecológico	1	4.202,87	50.434,44
18	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SEDE DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1	4.106,03	49.272,36
19	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO E CAPELA MORTUÁRIA	1	4.202,87	50.434,44
20	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO IVAR RANZI	1	4.726,86	56.722,32
21	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES ANTÔNIO CARLOS PICINATTO	1	4.199,30	50.391,60
22	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CIESCA - Centro de Integração Esportiva e Social de Céui Azul	1 - 20 horas	2.978,45	35.741,40
	SERVIÇO DE ZELADOR DE EDIFICAÇÕES, DE TODOS OS PRÉDIOS PÚBLICOS , conforme			



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

8

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

23	especificações	3	16.208,58	194.502,96
Total Estimado			178.986,17	2.147.834,04

Segue em anexo, em arquivo digital, as planilhas detalhadas da composição do custo dos serviços e materiais;

3 – Diante da alteração dos custos, fica alterado o valor máximo da licitação passando de R\$ **2.136.551,64 (dois milhões, cento e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, para R\$ **2.147.834,04 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quatro centavos)**.

O valor máximo mensal passa de R\$ 178.045,97 para R\$ 178.986,17;

4 – Oportunamente a Administração retifica a especificação do termo de referência, acrescentando o seguinte dispositivo:

OBSERVAÇÃO quanto a programação de aulas das Escolas e atividades da Educação

Os serviços de limpeza das Escolas, Centros Municipais de Educação Infantil e Biblioteca/Camu deverão obedecer ao calendário escolar elaborado para cada ano letivo;

No período de férias escolares no mês de julho, trabalha-se normalmente durante o mês;

Em dezembro deverá ser mantida as atividades até a data fixado no calendário escolar;

Assim considerando o recesso escolar e o fechamento das escolas no período Dezembro/Janeiro, os serviços nas unidades da Secretaria da Educação, poderão ser suspensos por 30 (trinta) dias. Nesse período o contratado poderá conceder férias aos seus trabalhadores, não necessitando a substituição, em consequência, não haverá pagamento para os estabelecimentos com serviços suspensos, considerando que não haverá necessidade de substituição do empregado em férias;

A decisão de possível suspensão das atividades das unidade da educação, deverá ser acordado entre a contratada e a Secretaria da Educação, devendo ser comunicado ao Secretário de Finanças a possível suspensão do pagamento e o período de referência.

5 – Decorrente das alterações promovidas ao edital fica reprogramada a data da sessão da licitação para a seguinte programação:

Local da sessão e cadastro da proposta: O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico www.bll.org.br “**acesso identificado**”

Recebimento das propostas: até as 08:00 horas do dia 13/05/2022.

Abertura das Propostas: as 08:15 horas do dia 13/05/2022.

Início da sessão de disputa de preços: as 08:30 horas do dia 13/05/2022.

Referência de tempo: horário de Brasília - DF

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital;

Céu Azul, 02 de abril de 2022.

Laurindo Sperotto
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO 9

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

RESOLUÇÃO Nº 07 de 02 maio de 2022, do
Conselho Municipal de Saúde do Município de Céu Azul.

Dispõe sobre a aprovação da aquisição de uma ambulância suporte básico a ser adquirido através da **Resolução de habilitação 254/2022**.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Céu Azul – PR no uso de suas atribuições legais tendo em vista a impossibilidade de reunião extraordinária para o dia, considerando o princípio da eficiência e da continuidade do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, ad referendum a aquisição de uma ambulância suporte básico a ser adquirido através da **Resolução de habilitação 254/2022**, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Art. 2º Emite parecer favorável quanto a proposta apresentada.

Céu Azul, 02 de maio de 2022

Anderson Lima Coimbra

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Céu Azul



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

10

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA N.º 010/2022, 02 DE MAIO DE 2022.

Designa Servidora para o recebimento e gestão de recursos através do Regime de Adiantamentos, para despesas de pequena monta e de pronto pagamento, na forma do que preceitua a Lei Municipal nº 1463/2014 de 24 de junho de 2014 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÉU AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal n.º 1463/2014, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Camila de Sá Maranhão, brasileira, CPF n.º 063.716.599-36, para o recebimento e gestão de valores decorrentes do Regime de Adiantamentos, com fulcro nos preceitos da Lei Municipal nº 1463/2014, de 24 de junho de 2014, com o objetivo de suportar despesas de pequena monta e de pronto pagamento, de caráter eventual, decorrentes de viagem à cidade de Maringá, Estado do Paraná, para participar do Curso: “Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – Aplicada na Administração Pública – Fiscalização, Responsabilidade, Transparência, Acesso e Proteção de Dados”, promovido pela RAS – Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda, com saída no dia 04 de maio e retorno no dia 06 de maio de 2022, em Maringá, Estado do Paraná, com despesas com transportes em geral fora da sede do Município, com vigência nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2022.

Parágrafo único. Os adiantamentos a que se refere o “caput” deste artigo serão concedidos na forma do que preceitua o caput do art. 3º, Parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1463/2014, configurando-se **Adiantamento de Base Eventual**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Céu Azul, 02 de maio de 2022.

Enivaldo Gregório Dalmás
Presidente



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

11

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 014/2022 – art. 25 e art. 24, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÉU AZUL - PARANÁ

CONTRATADO: "RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA"

CNPJ: 22.094.483/0001-73

Endereço: Ramiro Barcelos, nº 152, SALA 01, Centro.

Cidade: Maripá, Estado do Paraná.

Telefone: (44) 3687-1484

Contratação da Empresa "Ras - Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda" inscrita no **CNPJ sob nº 22.094.483/0001-73**, com endereço comercial sito à Rua Ramiro Barcelos, nº 152, sala 01, Centro, Município de Maripá, Estado do Paraná, especializada em realização de treinamentos em desenvolvimento profissional e gerencial. **Tema:** "Lei 13.709/2008 –Lei Geral de Proteção de Dados – Aplicada na Administração Pública. Fiscalização, Responsabilidade, Transparência, Acesso e Proteção dos Dados". **Público alvo:** Dirigentes, gestores e servidores de entidades públicas municipais que respondem pela prestação de contas junto aos Tribunais, bem como Prefeito e Vereadores. **Palestrante:** Dr Bruno Grego Santos, Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/PR, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Inovare na categoria Advocacia Láurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho. **Dias:** 04, 05 e 06 de maio de 2022. **Local:** Hotel Ibis Busget Maringá, na cidade de Maringá - PR. **Vereadores Solicitantes:** Adriano José Swidzikiewicz, Rodrigo Pereira Maranhão. **Servidora Solicitante:** Camila de Sá Maranhão. **Total de Participantes:** 03 (três) inscritos. **Forma de pagamento:** À vista, após apresentação de Lista de Presença, Certificados, Declaração de Participação e Nota Fiscal. **Valor Unitário:** R\$ 1.390,00 (mil trezentos e noventa reais). **Valor Total:** R\$ 4.170,00 (quatro mil cento e setenta reais).

DESPESA

FONTE/DESCRIÇÃO:

3.3.90.39.48.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
3	INSCRIÇÕES DE SELEÇÃO E TREINAMENTO , para o curso com o Tema: "Lei 13.709/2008 –Lei Geral de Proteção de Dados – Aplicada na Administração Pública. Fiscalização, Responsabilidade, Transparência, Acesso e Proteção dos Dados" Dias: 04, 05 e 06 de maio de 2022. Local: Hotel Íbis Budget Maringá, na cidade de Maringá - PR	1.390,00	4.170,00

EMBASAMENTO LEGAL

Lei n.º 8.666, artigo 15, inciso I e artigo 25, caput, de 21 de junho de 1.993.

Céu Azul, 02 de maio de 2022.

Enivaldo Gregório Dalmás
Presidente



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

12

De acordo com a Lei Municipal nº 1033/2010 de 10 de novembro de 2010.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426. Centro - CEP - 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: diariooficial@ceuazul.pr.gov.br

Telefone: (45) 3121-1000

CNPJ N°. 76.206.473/0001-01

Céu Azul, Segunda-Feira, 02 de Maio de 2022

Edição Nº: 2983

ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 011/2022, 02 DE MAIO DE 2022.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÉU AZUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que legalmente lhes são conferidas,

R E S O L V E:

Art. 1º Autoriza os Vereadores Adriano José Swidzikiewicz e Rodrigo Pereira Maranhão e a Servidora Camila de Sá Maranhão para participar do Curso: "Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – Aplicada na Administração Pública – Fiscalização, Responsabilidade, Transparência, Acesso e Proteção de Dados", promovido pela RAS – Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda, com saída no dia 04 de maio e retorno no dia 06 de maio de 2022, em Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias e meia, para os Agentes Políticos e Servidora mencionados no artigo anterior, para fins de ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Ato da Presidência correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Este Ato da Presidência entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Céu Azul, 02 de maio de 2022.

Enivaldo Gregório Dalmás
Presidente